

ANEXO 04 - DOCUMENTOS DA SPE

ANEXO 04.1 – QUADRO SOCIETÁRIO DA SPE

Acionista	Ação Ordinária	%
Conasa Rodovias S.A.	657.000.000	100 %
Total	657.000.000	100 %

ANEXO 04.2 – SÍNTESE DE INFORMAÇÕES DA SPE

1. Histórico da Sociedade de Propósito Específico (“SPE”)

A Via Brasil BR163 Concessionária de Rodovias S.A. (“SPE”, “Companhia” ou “Via Brasil BR163”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), situada no município de Sinop, Estado de Mato Grosso, Brasil, Avenida das Sibipirunas, nº 2957, Bairro Setor Comercial, CEP 78.550-031, constituída em 28 de setembro de 2021, sendo sua controladora e *holding* a empresa Conasa Rodovias S.A.

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, inicialmente por 10 anos¹, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/230/MT/PA, nos termos do Contrato de Concessão nº 02/2021 (“Contrato”) celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”).

O sistema rodoviário, objeto da concessão, compreende o trecho da rodovia **BR-163/MT**, entre o entroncamento com a rodovia MT-220 (Sinop/MT) e a divisa dos Estados de Mato Grosso e Pará (Guarantã do Norte/MT); **BR-163/PA**, entre a divisa dos Estados do Mato Grosso e Pará (Novo Progresso/PA) e o entroncamento com a BR-230/PA (Itaituba/PA); e **BR-230/PA**, entre o entroncamento com a BR-163/PA (Itaituba/PA) e o início da travessia do rio Tapajós (distrito de Miritituba, Itaituba/PA).

Durante a operação, a Via Brasil BR163 deparou-se com tráfego significativamente maior do que o previsto no Contrato, o que impactou de forma direta os níveis de serviço, aumentou os índices de acidentes e acelerou a degradação do pavimento, comprometendo a segurança e o conforto dos usuários, e a eficiência econômica e equilíbrio financeiro da concessão.

Diante deste cenário, a Via Brasil BR163 protocolou o pedido de repactuação contratual. O processo foi admitido em 04 de dezembro

¹ Após a SECEX Consenso a Concessão obteve 15 anos de extensão de prazo.

de 2024, e a Comissão de Solução Consensual (“CSC”) foi instituída pela Portaria Segecex nº 8, de 10 de abril de 2025, com o objetivo de avaliar e propor uma solução consensual relacionada ao Contrato.

2. Principais atividades da SPE

2.1. Operações da SPE

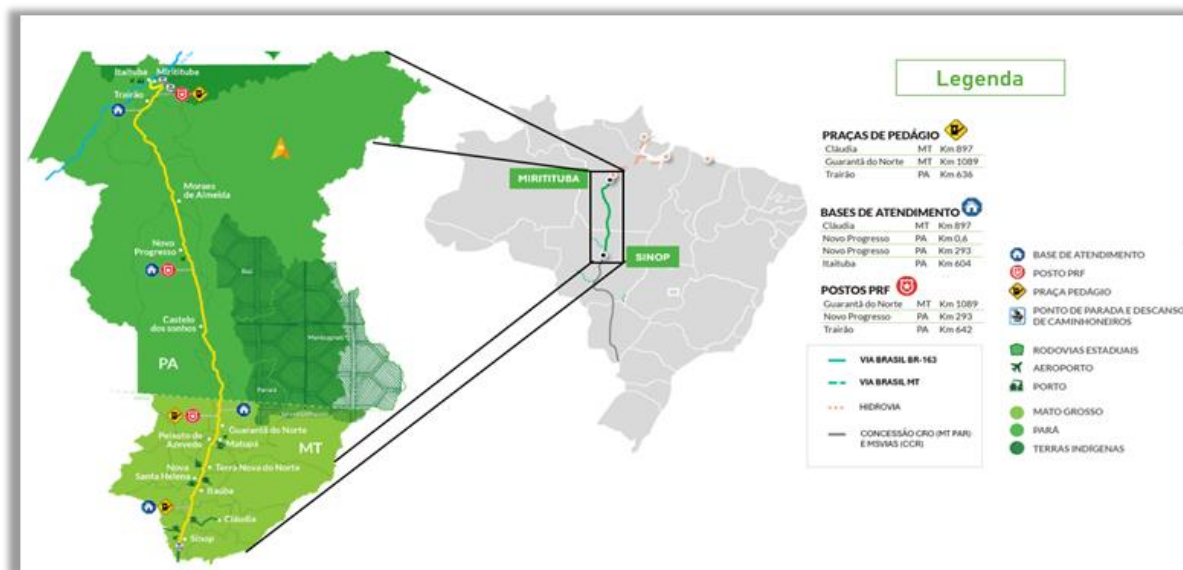
A BR-163/230/MT/PA constitui um dos mais relevantes eixos logísticos do País, desempenhando papel estratégico na integração das regiões Centro-Oeste e Norte. Com 1.009,52 km de extensão, o sistema rodoviário é responsável por conectar importantes áreas produtoras de grãos no estado do Mato Grosso ao Porto de Miritituba, no Pará, consolidando-se como um dos principais corredores de exportação agrícola do Brasil.

Trecho administrado

Além de seu caráter logístico, a rodovia exerce influência direta sobre o desenvolvimento socioeconômico regional, fomentando atividades ligadas à produção, ao comércio e aos serviços em 12 municípios localizados ao longo do traçado. A infraestrutura viária, portanto, não apenas assegura maior competitividade à produção agrícola nacional, como também gera impactos positivos em termos de emprego, renda e integração territorial.

A Figura 1 apresenta um mapa da localização geográfica do trecho concedido.

Figura 1 Área de concessão da Via Brasil BR163



Fonte: Via Brasil BR163

2.2. Resumo do Contrato de Concessão nº 02/2021

O Contrato tem como objetivo a exploração do sistema rodoviário por meio da iniciativa privada, contemplando a recuperação, operação, manutenção e implantação de melhorias ao longo do trecho concedido.

Entre os compromissos assumidos estão a modernização da infraestrutura existente e a elevação do padrão de qualidade dos serviços prestados aos usuários, assegurando maior segurança, fluidez e eficiência ao transporte de cargas e passageiros.

O objeto do Contrato de Concessão é a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário constituído pela **BR-163/MT**, no trecho compreendido entre o entroncamento com a Rodovia MT-220 (Sinop/MT) e a Divisa dos Estados de Mato Grosso e Pará (Guarantã do Norte/MT); **BR-163/PA**, no trecho compreendido entre a divisa dos Estados do Mato Grosso e Pará (Novo Progresso/PA) e o entroncamento com a BR-230/PA (Itaituba/PA); e **BR-230/PA**, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-163/PA (Itaituba/PA) e o início da travessia do Rio Tapajós

(distrito de Miritituba, Itaituba/PA), com A tarifa básica de pedágio quilométrica tem valor inicial de R\$ 0,07867, referenciada ao mês de julho de 2019, pelo prazo inicial de 10 anos, contados a partir da data de assunção, ocorrida em 03 de maio de 2022.

Destacam-se os principais marcos contratuais:

i o Contrato foi assinado em 1º de abril de 2022, com início da concessão em 03 de maio de 2022. A Concessionária iniciou a arrecadação de pedágio em 13 de fevereiro de 2023 nas praças 01(TCP1), no município de Cláudia - MT e P02 (TCP2) no município de Guarantã do Norte - MT. A terceira praça P03 (TCP3) no município de Trairão - PA, iniciou operação parcial em 08 de maio de 2023, em 09 de agosto de 2023 foi aprovada a 2ª etapa de cobrança e em 01 de novembro de 2023 começou a cobrança de 100% da tarifa de pedágio;

ii em 27 de dezembro de 2023, a Concessionária protocolou seu interesse na readaptação e otimização do contrato de concessão, com fundamento na Portaria nº 848/2023 do Ministério dos Transportes;

iii após a análise e processamento do pedido de readaptação junto ao Ministério, a alteração da política pública foi aprovada mediante a portaria 673 de 11 de junho de 2024 do Ministério dos Transportes. O processo foi encaminhado à ANTT que, após análise técnica e jurídica, manifestou-se pela possibilidade de renegociação e encaminhou Solicitação de Solução Consensual ao Tribunal de Contas da União ("TCU"), admitida em 04 de dezembro de 2024;

iv Os trabalhos da CSC tiveram início em 14 de abril de 2025, com a publicação da Portaria-Segecex n. 8/2025, e término em 13 de julho de 2025. Em 14 de julho de 2025 houve a prorrogação da CSC por mais trinta dias.

2.3. Principais índices históricos de desempenho operacional 2024 e 2025:

A tabela 1 abaixo apresenta a comparação mensal de Veículos Equivalentes Pagantes (VEQ pagantes) entre 2024 e 2025, com a respectiva variação percentual de um ano para o outro. Observa-se que 2025 começa abaixo de 2024, com destaque para janeiro, que cai de 1.567.434 para 951.567 (-39%).

A partir de fevereiro, há recuperação e alternância: fevereiro cresce para 2.307.254 (+27%), março segue praticamente estável (+4%) e, entre abril e julho, predominam pequenas quedas (de -4% a -7%), sugerindo um patamar semelhante, porém levemente inferior ao do ano anterior.

A virada mais clara ocorre no segundo semestre, quando agosto volta a crescer (+13%) e, principalmente, setembro e outubro aceleram (+25% e +40%). O movimento se intensifica no fim do ano: novembro sobe para 1.663.842 (+57%) e dezembro alcança 1.444.670 (+71%).

Tabela 1 - Tarifa vigente em 21 de janeiro de 2025

Mês	2024	2025	Var.%
janeiro	1.567.434	951.567	-39%
fevereiro	1.814.755	2.307.254	27%
março	1.673.004	1.742.967	4%
abril	1.753.816	1.678.213	-4%
maio	1.881.870	1.780.704	-5%
junho	2.043.981	1.895.710	-7%
julho	2.319.285	2.178.885	-6%
agosto	2.017.221	2.274.501	13%
setembro	1.630.188	2.040.397	25%
outubro	1.089.667	1.530.204	40%
novembro	1.062.586	1.663.842	57%
dezembro	844.281	1.444.670	71%

Fonte: Via Brasil BR-163.

Em 6 de junho de 2025, a ANTT aprovou o reajuste anual da Tarifa Básica de Pedágio (“TBP”), correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) que resultou em um acréscimo de 4% sobre as tarifas de pedágio das praças P1 e P2 e redução 8,74% na praça P3. A tabela 2 apresenta as tarifas vigentes:

Tabela 2 - Tarifa vigente em 21 de janeiro de 2025

CAT.	EIXO	CATEGORIA	VALOR CLAUDIA (MT) P1 e GUARANÁ DO NORTE (MT) P2	VALOR TRAIÃO (PA) - P3
1	2 S	Automóvel, caminhonete e furgão	R\$ 10,40	-
2	2 D	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	R\$ 20,80	-
3	3 S	Automóvel e caminhonete com semirreboques	R\$ 15,60	-
4	3 D	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus	R\$ 31,20	-
5	4 S	Automóvel e caminhonete com reboque	R\$ 20,80	-
6	4 D	Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboques	R\$ 41,60	R\$ 300,80
7	5 D	Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboques	R\$ 52,00	R\$ 376,00
8	6 D	Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboques	R\$ 62,40	R\$ 451,20
9	7 D	Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboques	R\$ 72,80	R\$ 526,40
10	8 D	Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboques	R\$ 83,20	R\$ 601,60
11	2 S	Motocicletas, motonetas, triciclos e bicicletas motorizadas	R\$ 5,20	-
12	-	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-
ESP	9 D	Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboques	R\$ 93,60	R\$ 676,80

Fonte: <https://www.viabrasilbr163.com.br/nossos-servicos/tarifas-de-pedagio>

S – Rodagem simples

D – Rodagem dupla

2.4. Desempenho econômico-financeiro (exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024)

Conforme a Tabela 3 abaixo, a receita de pedágio cresceu 73,9%, passando de R\$ 331,4 milhões em 2023 para R\$ 576,8 milhões em 2024. Este aumento reflete a operação plena das três praças de pedágios durante o ano de 2024.

A receita de construção caiu 75%, saindo de R\$759,9 milhões em 2023 para R\$190,0 milhões em 2024. Esta queda deve-se a conclusão de obras de infraestrutura previstas no Contrato para os dois períodos analisados.

As outras receitas operacionais cresceram 391,3%, de R\$1,5 milhões em 2023 para R\$7,3 milhões em 2024, incluindo despesas recuperadas (R\$4,4 milhões), ressarcimento de sinistros (R\$1,7 milhões) e outras receitas (R\$1,1 milhões).

Tabela 3 - Dados sobre receita

Receita Bruta (em R\$ milhares)	2023	2024	Var%
Receita de pedágio	331.433	576.824	73,9%
Receita de construção	759.857	190.025	-75%
Outras receitas	1.486	7.301	391,3%
Total	1.092.776	774.150	-29%

Fonte: Demonstrações financeiras da Concessionária